



Número: **0804685-56.2017.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **14/09/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE VALTER PEDRO DA SILVA (AUTOR)		GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9706584	14/09/2017 17:03	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
9706708	14/09/2017 17:03	<a href="#">Petição Inicial - Jose Valter x Seguradora Líder</a>	Outros Documentos
9706744	14/09/2017 17:03	<a href="#">Procuração Particular</a>	Procuração
9706769	14/09/2017 17:03	<a href="#">Declaração de Hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação
9706784	14/09/2017 17:03	<a href="#">Documentos Pessoais</a>	Documento de Identificação
9706809	14/09/2017 17:03	<a href="#">Boletim de Ocorrências</a>	Documento de Comprovação
9706838	14/09/2017 17:03	<a href="#">Comprovante de Residência</a>	Documento de Comprovação
9706856	14/09/2017 17:03	<a href="#">Documento do Veículo</a>	Documento de Identificação
9706877	14/09/2017 17:03	<a href="#">Ficha de Atendimento - Hospital Regional de Patos</a>	Documento de Comprovação
15677868	01/08/2018 21:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
17246411	17/10/2018 20:32	<a href="#">Declaração de isenção de imposto de renda</a>	Petição
17246416	17/10/2018 20:32	<a href="#">Declaração de isenção de imposto de renda - José Valter</a>	Documento de Comprovação
24159161	05/09/2019 16:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28466745	20/02/2020 10:57	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
29239231	18/03/2020 17:37	<a href="#">Petição</a>	Petição
29239236	18/03/2020 17:37	<a href="#">Petição - Informações solicitadas em despacho retro</a>	Outros Documentos
29239238	18/03/2020 17:37	<a href="#">Boletim de Ocorrências</a>	Documento de Comprovação
29239240	18/03/2020 17:37	<a href="#">Comprovante de Residência</a>	Documento de Comprovação
29239241	18/03/2020 17:37	<a href="#">Declaração de Hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação

29239 242	18/03/2020 17:37	<a href="#">Documento do Veículo</a>	Documento de Comprovação
29239 243	18/03/2020 17:37	<a href="#">Documentos Pessoais</a>	Documento de Comprovação
29239 244	18/03/2020 17:37	<a href="#">Ficha de Atendimento - Hospital Regional de Patos</a>	Documento de Comprovação
29239 245	18/03/2020 17:37	<a href="#">Petição Inicial - Jose Valter x Seguradora Líder</a>	Documento de Comprovação
29239 246	18/03/2020 17:37	<a href="#">Procuração Particular</a>	Documento de Comprovação
31994 418	02/07/2020 21:06	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32148 119	08/07/2020 10:06	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
32148 453	08/07/2020 10:13	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE PATOS-PB  
SEGUE ANEXA, PETIÇÃO INICIAL EM FORMATO PDF.**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE PATOS-PB**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**MARIA APARECIDA LUCENA DA NÓBREGA**, brasileira, solteira, recepcionista, inscrita no CPF Nº 982.101.904-82 e RG Nº 1.765.386 SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Professora Cristina Lima, Nº 619, Bairro Salgadinho, CEP 58.706-560, por meio de seu procurador que a esta subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA  
DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:



## 1. DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, **apresenta declaração de pobreza** que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

## 2. DOS FATOS

A Promovente em questão, envolveu-se em acidente de trânsito no dia 05/02/2016, na Av. Dr. Pedro Firmino, Bairro Centro, município de Patos/PB, por volta das 18h:30min daquele dia.

Conforme apresentado pela Ocorrência Policial Nº 2749/16, confeccionada pela Polícia Civil (anexo), a autora estava na garupa da moto (documento do referido veículo anexo), e estando parada no semáforo do endereço supracitado, um veículo (Fiat Palio) bateu na traseira da moto, levando a autora a cair no chão.

O Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente demonstra que não havia defeito físico ou doença pré-existente no Promovente, não havendo possibilidade de operação significativa ou de cura, conforme se ratificará quando realizado a perícia judicial, o que se requer desde já.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT para DAMS e INVALIDEZ. Entretanto, não recebeu nenhuma quantia referente a tal seguro.

**O Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz jus a receber o percentual de 25% que corresponde a R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), ou seja, valor correspondente a PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS OMBROS.**

### 2.1 DO SEGURO OBRIGATORIO

João Pessoa – PB: Av. Flamboyant, nº 120, 1º andar, sala 201, Bancários, 58052-010  
Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 8610-1234/9950-2293 – bcbadvogados.adv.br



Proveniente do acontecimento aqui citado, o autor sofreu lesões gravíssimas, comprovadas através de laudos médicos e nas próprias fichas de atendimento ambulatorial (anexo).

A perda completa da mobilidade de um dos ombros, no caso do autor, gera como consequência **o comprometimento das funções motoras e autonômicas**, sendo-lhe devido o percentual de 25% que corresponde à R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), ou seja, valor correspondente a 25% da quantia total do seguro, como demonstra a Lei 6.194/74 para o determinado caso.

**DEVE SER LEMBRADO, QUE MESMO DIANTE DE UMA LESÃO TÃO GRAVE EM DESFAVOR DO PROMOVENTE, O SR. JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, NÃO RECEBEU NENHUMA QUANTIA EM RAZÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO.**

### **3. MÉRITO**

#### **3.1 DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”



Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

#### **4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

##### **4.1 REFERENTES AO SEGURO OBRIGATÓRIO**

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber o seguro obrigatório DPVAT.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza



média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, portanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despende; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir *de per si*, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. O autor não recebeu nenhuma quantia para ampará-la. Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso do promovente.





A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, os documentos anexados, bem como a perícia a ser realizada judicialmente, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

## **5. DOS PEDIDOS**

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), valor este referente a 25% do teto estabelecido, corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação, em consonância com a perda completa da mobilidade de um dos ombros;**
- c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;





DANIEL **BRAGA** DE SÁ COSTA  
GABRIEL FELIPE OLIVEIRA **BRANDÃO**  
BRUNO DELGADO **BRILHANTE**

f) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbenciais arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Dá-se a causa o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Patos-PB, 14 de Setembro de 2017.

**GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO**  
OAB/PB 16.870

**ELIAKIN OLIVEIRA BRANDÃO**  
ESTAGIÁRIO

João Pessoa – PB: Av. Flamboyant, nº 120, 1º andar, sala 201, Bancários, 58052-010  
Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 8610-1234/9950-2293 – bcbadvogados.adv.br



Assinado eletronicamente por: GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO - 14/09/2017 17:01:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17091416542901800000009494622>  
Número do documento: 17091416542901800000009494622



União Brasileira de Advogados  
Classe Especial de Advocacia  
Briga, Brandão, Costa & Brilhante

Braga, Brandão, Costa & Brilhante  
Advogados

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380.

### OUTORGADOS:

DANIEL BRAGA DE SÁ COSTA, OAB/PB 16.192, brasileiro, casado, GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO, OAB/PB 16.870, brasileiro, casado, e FERNANDA MORAIS DINIZ FÉLIX FREITAS, OAB/PB 19.479, brasileira, casada, advogados, todos com endereço profissional na Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, Patos – PB, onde deverão receber as comunicações processuais de estilo.

### PODERES:

O OUTORGANTE nomeia e constitui os OUTORGADOS seus bastante procuradores, onde com esta se apresentam, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-lo em juízo ou fora dele conforme consagra o artigo 105 do Código de Processo Civil, concedendo-lhe ainda, poderes para agir em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, reconvir, concordar, discordar, ratificar, receber quantias, receber citações e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer procedimentos em todos os termos ou instâncias, representar perante repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral e fiel cumprimento do presente mandato para que o confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad iudicia et extra" podendo substituí-los, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes aqui conferidos, inclusive os dispostos nas leis 1.060/50, 5.584/70, 7.510/86 e, especificamente, poderes para assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme art. 1º da lei 7.115/83 e da lei 1.060/50.

Patos, 02 de Março de 2017.

OUTORGANTE

João Pessoa – PB, Av. Flamboyant, nº 120, Empresarial Fortman Center, Sala 201, Balcão  
Patos – PB, Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro.  
(83) 98610-1234/99664-2019/98712-9022 – bcbadvocacia.adv.br





DANIEL BRANDÃO DA COSTA  
GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO  
BRUNO DELGADO BRILHANTE

Braga, Brandão, Costa & Brilhante  
Advogados

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS JUDICIAIS

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Patos, 02 de Março de 2017.

DECLARANTE

João Pessoa - PB: Rua Flamboyant, nº 405, 1º andar, sala 204, Anatólia, 58052-010  
Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 8610-1234/9996-4553/8712-9022 - bcbadvocacia.adv.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

Nº de inscrição  
728752914-91

Data de Nascimento  
20/10/87



Registro 620985 DATA 11 MAR 1991

Nome JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

Inácio Pedro de Souza

Mãe Maria das Neves da Silva

Santa Terezinha-PB

de Nasc. Nº 2240-Fls. 134-Liv





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PLANTÃO CENTRALIZADO - PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 -  
Tel./Fax: (83) 3423-2553

### CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma **Ocorrência Policial N° 1330/16** cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **VINTE TRÊS (23)** dias do mês de **MARÇO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, Bel. MANOEL MARTINS FERNANDES, compareceu o (a) Sr. (a) **JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro(a), RG 1620985 SSP/PB, CPF 728.752.914-91, nascido em 20/10/1967, natural de Santa Terezinha/PB, Filho(a) de Inácio Pedro de Souza e Maria das Neves da Silva, Residente na Rua Severino Soares, s/n, Jd. Guanabara, Patos/PB, tel. (83) 99836.9179, a fim de prestar a seguinte ocorrência:

QUE, na data 04/12/2015, por volta das 19:00 horas, conduzia sua moto de marca/modelo HONDA/CG 150 FAN ESDI, placa OFD-8043/PB, Cód. Renavam 0100125668-6, licenciada em nome do notificante, quando no bairro Bivar Olinto, nesta cidade, foi abalroado por um veículo que avançou o cruzamento indevidamente; Que, não foi possível identificar o referido veículo, porque o mesmo se evadiu do local; Que foi socorrido por terceiros e levado para o Hospital Regional de Patos.

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Noticiante:

*Jose Valtter Pedro da Silva*

Patos/PB, 23 de março de 2016

*Ana Maria da C. Leandro*  
Ana Maria da C. Leandro  
Agente de Investigação Pol. Civil.  
MT 138.428-7





**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PATOS  
Rua Feliciano Cirra, 228 - Jangadeiro João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-970 - CNPJ: 09.123.654/0001-07

PARA CONTAR COM A CAGEPA, INSERIR ESTE NÚMERO
<b>MATRICULA</b>
67466753
<b>REFERENCIA</b>
FEV/2016

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

JOSE VALTER P. DA SILVA  
RUA SEVERINO SOARES S/N  
CENTRO  
PATOS

58701-380

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Outro	
075.09.260.0279	0	1	0	0	0	67466753
Hidrometro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y04X025789	24/11/2004	4	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NÚM. DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
1377	1381	4	33	15/03/2016
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. E QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
AGO/2015	2	0	NÚMERO DE AMOSTRAS	
SET/2015	3	0	PARAMETROS EXIC.	ANALIS. CONFORMES
OUT/2015	3	0	COLIFORMES	0 0 0
NOV/2015	3	0	COLIFORMES	91 95 95
DEZ/2015	4	0	CLORO	91 95 95
JAN/2016	4	0	TURBIDEZ	45 30 30
MEDIA(M)	3	DADOS REFERENTES A: DEZ/2015		

DATA DA LEITURA: 16/02/2016	HORA DA LEITURA: 11:19:07
DESCRIÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATÉ 10m	10 52,78 R\$32,78
047-JUROS DE MORA	R\$0,39
050-ACRESCIM(S) NES(ES) ANT.	R\$0,53

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$3,03 PIS E COFINS: LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:

27/02/2016

Total a Pagar:

R\$33,70

V. 15,7 R. 1,0

COMUNICAÇÃO DE LEITURA REALIZADA  
COMUNICAÇÃO DO FATURAMENTO REAL TIPO DE TARIFA: NORMALPOSICÃO DE DEB. ANTERIOR(ES)  
EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DÉBITO.

INFORMAÇÕES GERAIS:

"MULHER QUE SE AMA, SE CUIDA, DUTILRO ROSA - CAMPANHA EM PROL DA  
DETECÇÃO PRECOCE DO CANCER DE MAMA"**CAGEPA**

MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
67466753	FEV/2016	27/02/2016	R\$33,70

526700000000-1 53780010820-2 74667530220-0 10000000002-3



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - PB Nº 011754418940  
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

CPF/CHAVE 20150400006274-0  
 0100125668-6 00/000000000 2015

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

72975291491 PLACA OFD8043/PB

WOTO PB 9CZKC1680Z529088

PAS/MOTOCICLETA/NO APLIC COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL

HONDA/CG150 PAN ESDI 2014 2014

2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

IPVA PAGO EM 16/03/2015

PARCELAMENTO / COTAS

PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO P A G O 16/03/2015

A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

PATOS - PB 0

36838 16/03/2015 38857







ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2605473 CNPJ: 08.778.268/002376  
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE JANDUHY CARNEIRO  
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 25  
Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)  
Paciente: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA  
Mãe: MARIA DAS NEVES DA SILVA Cor: PARD  
Nascimento: 20/10/1987 Idade: 46 Sexo: M  
Profissão: PEDREIRO  
Endereço: RUA SEVERINO SOARES  
Bairro: MATERNIDADE  
Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808  
CNS: Identidade: 1620965 SSPB  
CPF: Reg. Nasc.:  
Data / Hora: 4/12/2015 19:17:12 Recepcionista: Thais  
PESO: 70,6 3035,8234,8066 PA: 14009  
TEMP: 30,6

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

70,6 3035,8234,8066 PA: 14009  
30,6  
REVISADO  
EM  
SUS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Material 03

01 - ELETIVO  
02 - URGÊNCIA  
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição  
Procedimento

DIAGNÓSTICO  
Falta de clareza

CID-10

MEDICAÇÃO  
1. PRESCRITA  
2. APLICADA  
ENCAMINHAMENTO  
OBSERVAÇÃO  
OUTRO HOSPITAL  
RESIDÊNCIA  
ÓBITO  
INTERNAÇÃO  
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1-	0	3	0	3	0	9	0	1	2	0
2-										
3-										

Ass. dos Profissionais Assistenciais - carimbo

Dr. Marcelo Alves

CRM: 18.781  
C.R.E.M.E. 1184  
TEÓFILO GREGÓRIO DE ANDRADE - 2563 - 700-0036-9099-2707

Médico / Crm / Cns

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Polígrafo Direto

Ass. REVISOR TÉCNICO - carimbo

Ass. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

**Processo nº 0804685-56.2017.8.15.0251**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1. Ao analisar a inicial e os documentos constantes dos autos, verifico que a parte Autora exerce profissão, mas não informa seus rendimentos. A fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte Autora, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, determino a juntada das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ), **juntando, em qualquer caso, os comprovantes de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria e CTPS**, informando seus eventuais gastos, caso existam, podendo o(a) Autor(a) fazer as manifestações que achar pertinentes. Prazo: 15 dias.

2. Caso a parte não se manifeste acerca da providência acima, intime-se novamente, desta vez para regularizar o prosseguimento do feito, em 15 (quinze dias) dias, providenciando o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção.

Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

**Bruno Medrado dos Santos  
Juiz de Direito**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE PATOS-PB.**

**SEGUE ANEXA EM FORMATO PDF, DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE  
IMPOSTO DE RENDA CONFORME SOLICITADO.**



DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA- PESSOA FÍSICA

Eu, **JOSÉ VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF Nº 728.752.914-91 e RG Nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, afirmo que sou isento de declarar o Imposto de Renda pelo motivo de não alcançar renda suficiente para ultrapassar o teto mínimo estabelecido pela Receita Federal, para que se haja obrigação em declarar tal imposto. Afirmo ainda, que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante de declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Alego ser verdade todo o exposto acima.

Patos, 17 de 10 de 2018.

José Valter Pedro da Silva





**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

**Processo nº 0804685-56.2017.8.15.0251**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

A petição inicial tem como autora MARIA APARECIDA LUCENA DA NÓBREGA e a causa de pedir é um acidente no trânsito sofrido em 05/02/2016. Ocorre que a documentação que acompanha a inicial é relativa a JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, nome que figura neste processo no sistema PJe, cujo acidente ocorreu em 04/12/2015.

Destarte, intime-se a parte autora, por seu advogado, para esclarecer a situação e proceder às correções necessárias no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.

Cumpra-se. Diligências necessárias.

Patos, 5 de setembro de 2019

**Bruno Medrado dos Santos**  
*Juiz de Direito*



Fica(m) o(s) Advogado(s) da parte autora intimado(s) para os termos do Despacho id 24159161.

Patos, 20 de fevereiro de 2020.

**Chrystina Medeiros Cavalcanti**  
Técnica Judiciária  
(assinatura eletrônica)



Anexa.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA  
MISTA DA COMARCA DE PATOS/PB.**

**Processo nº: 0804685-56.2017.8.15.0251**

**Autor:** José Valter Pedro da Silva.

**Réu:** Seguradora Líder S/A.

**JOSÉ VALTER PEDRO DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seus procuradores e advogados *in fine* assinados, vêm, perante Vossa Excelência, conforme solicitado, apresentar e requerer nos seguintes termos:

Em obediência ao despacho retro ID 24159161, a parte autora informa nesta oportunidade, que no momento do protocolo desta demanda, houve equívoco quanto a juntada de documentos aos autos, haja vista, o presente processo versar em razão do Sr. José Valter Pedro da Silva, sendo que os anexos são referentes a terceiro.

Sendo assim, o autor esclarece que a presente demanda faz referência ao Sr. José Valter Pedro da Silva, bem como, o promovente anexa aos autos nesta ocasião, todos os documentos necessários e constitutivos ao seu direito, ou seja, devendo todos os documentos que fazem menção a Sra. Maria Aparecida Lucena da Nóbrega, serem desconsiderados.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Patos/PB, 18 de março de 2020.

**GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO**

OAB/PB 16.870

**ELIAKIN OLIVEIRA BRANDÃO**

OAB/PB 25.151







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PLANTÃO CENTRALIZADO - PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 -  
Tel./Fax: (83) 3423-2553

### CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma **Ocorrência Policial N° 1330/16** cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **VINTE TRÊS (23)** dias do mês de **MARÇO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, Bel. MANOEL MARTINS FERNANDES, compareceu o (a) Sr. (a) **JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro(a), RG 1620985 SSP/PB, CPF 728.752.914-91, nascido em 20/10/1967, natural de Santa Terezinha/PB, Filho(a) de Inácio Pedro de Souza e Maria das Neves da Silva, Residente na Rua Severino Soares, s/n, Jd. Guanabara, Patos/PB, tel. (83) 99836.9179, a fim de prestar a seguinte ocorrência:

QUE, na data 04/12/2015, por volta das 19:00 horas, conduzia sua moto de marca/modelo HONDA/CG 150 FAN ESDI, placa OFD-8043/PB, Cód. Renavam 0100125668-6, licenciada em nome do notificante, quando no bairro Bivar Olinto, nesta cidade, foi abalroado por um veículo que avançou o cruzamento indevidamente; Que, não foi possível identificar o referido veículo, porque o mesmo se evadiu do local; Que foi socorrido por terceiros e levado para o Hospital Regional de Patos.

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Noticiante:

*Jose Valtter Pedro da Silva*

Patos/PB, 23 de março de 2016

*Ana Maria da C. Leandro*  
Ana Maria da C. Leandro  
Agente de Investigação Pol. Civil.  
MT 138.428-7



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PATOS  
Rua Feliciano Cirra, 228 - Jangadeiro João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-970 - CNPJ: 09.123.654/0001-07

DATA CONTABILIZAÇÃO PRIMEIRO DIA MÊS
MATRICULA
67466753
REFERENCIA
FEV/2016

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

FEV/2016

JOSE VALTER P. DA SILVA  
RUA SEVERINO SOARES S/N

CENTRO

58701-380

PATOS

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Sabão	
075.09.260.0279	0	1	0	0	0	67466753
Hidrômetro	Data de Instalação		Localização	Situação Água	Situação Esgoto	
Y04X025789	24/11/2004		4	LIGADO	POTENCIAL	

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NºM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1377	1381	4	33	15/03/2016
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. E QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
AGO/2015	2	0	NÚMERO DE AMOSTRAS	
SET/2015	3	0	PARAMETROS EXIC.	ANALIS. CONFORMES
OUT/2015	3	0	COLIFORMES	0 0 0
NOV/2015	3	0	COLIFORMES	91 95 95
DEZ/2015	4	0	CLORO	91 95 95
JAN/2016	4	0	TURBIDEZ	45 30 30
MEDIA(M)	3	DADOS REFERENTES A: DEZ/2015		

DATA DA LEITURA: 16/02/2016	HORA DA LEITURA: 11:19:07
DESCRIÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATÉ 10m	10 52,78 R\$32,78
047-JUROS DE MORA	R\$0,39
050-ACRESCIM(S) NES(ES) ANT.	R\$0,53

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS, R\$3,03 PIS E COFINS, LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:

27/02/2016

Total a Pagar:

R\$33,70

V. 15,7 R. 1,0

COMUNICAÇÃO DE LEITURA REALIZADA  
COMUNICAÇÃO DO FATURAMENTO REAL TIPO DE TARIFA: NORMALPOSICÃO DE DEB. ANTERIOR(ES)  
EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DÉBITO.

INFORMAÇÕES GERAIS:

"MULHER QUE SE AMA, SE CUIDA, DUTILRO ROSA - CAMPANHA EM PROL DA  
DETECÇÃO PRECOCE DO CANCER DE MAMA"

CAGEPA

MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
67466753	FEV/2016	27/02/2016	R\$33,70

526700000000-1 53780010820-2 74667530220-0 10000000002-3





DANIEL BRANDÃO DA COSTA  
GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO  
BRUNO DELGADO BRILHANTE

Broga, Brandão, Costa & Brilhante  
Advogados

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS JUDICIAIS

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Patos, 02 de Março de 2017.

DECLARANTE

João Pessoa - PB: Rua Flamboyant, nº 405, 1º andar, sala 204, Anatólia, 58052-010  
Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 8610-1234/9996-4553/8712-9022 - bcbadvocacia.adv.br



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - PB Nº 011754418940  
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

CPF/CHAVE 20150400006274-0  
 0100125668-6 00/000000000 2015

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

72975291491 PLACA OFD8043/PB

WOTO PB 9CZKC1680Z529088

PAS/MOTOCICLETA/NO APLIC COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL

HONDA/CG150 PAN ESDI 2014 2014

2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

IPVA PAGO EM 16/03/2015

PARCELAMENTO / COTAS

SEGURO P A G O 16/03/2015

A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

PATOS - PB 0

36838 16/03/2015 38857



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**

Nº de inscrição  
**728752914-91**

Data de Nascimento  
**20/10/87**



Registro 620985 DATA 11 MAR 1991

Nome **JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**

Início Pedro de Souza

Matrão  
**Maria das Neves da Silva**  
**Santa Terezinha-PB**

DE QUAL de Nasc. Nº 2240-Fls. 134-11v







ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2805473 CNPJ: 08.778.268/002378  
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE JANDUHY CARNEIRO  
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAÍBA UF: 25  
Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)  
Paciente: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA  
Mãe: MARIA DAS NEVES DA SILVA  
Idade: 46 Cor: PARDASexo: M  
Profissão: PEDREIRO  
Endereço: RUA SEVERINO SOARES  
Bairro: MATERNIDADE  
Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808  
CNS: Identidade: 1620965 SSPB  
CPF: Reg. Nasc.:  
Data / Hora: 4/12/2015 19:17:12 Recepcionista: Thais  
PESO: 70,6 203,5 82,3 4,80 66 14009  
PA: 80,66 TEMP:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*André L. L. - LADO*  
*na orelha*  
**REVISADO**  
**EM**  
SUS  
Município: Patos - PB  
Data: 04/12/2015 19:17:12

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

*m. v. m. e. d.*

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

*Intubação 8 gms*

CARÁTER DO ATENDIMENTO

- 01 - ELETIVO ☐  
02 - URGÊNCIA ☐  
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA ☐  
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO ☐  
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS ☐

PROCEDIMENTO Descrição

*Intubação*

DIAGNÓSTICO

*Fratura de clavícula*

CID-10

ENCAMINHAMENTO

- MEDICAÇÃO  
1. PRESCRITA ☐  
2. APLICADA ☐  
ENCAMINHAMENTO  
OBSERVAÇÃO ☐  
OUTRO HOSPITAL ☐  
RESIDÊNCIA ☐  
ÓBITO ☐  
INTERNAÇÃO ☐  
OUTROS ☐

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1-	0	3	0	3	0	9	0	1	2	0
2-										
3-										

Ass. dos Profissionais Assistenciais - carimbo

*Dr. Marcelo Alves*  
Médico / Cirm / Cns

CRM: 18.781  
CONCREME: 1184  
TEÓFILO GREGÓRIO DE ANDRADE - 2563 - 700-0036-9099-2707

Ass. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Ass. REVISOR TÉCNICO - carimbo

*Dr. Roberto Brandão*

Ass. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo

Polígrafo Direito

CBO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE PATOS-PB**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**JOSÉ VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF Nº 728.752.914-91 e RG Nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, por meio de seu procurador que a esta subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA  
DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 9-9950-2293 – bcbadvogados.adv.br



## **1. DA JUSTIÇA GRATUITA**

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, **apresenta declaração de pobreza** que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

## **2. DOS FATOS**

O Promovente em questão, envolveu-se em acidente de trânsito no dia 04/12/2015, por volta das 19h:00min, quando conduzia sua moto de marca/modelo Honda CG 150 FAN ESDI, placa OFD-8043/PB, código RENAVAM 0100125668-6, conforme apresentado pela Ocorrência Policial nº 1330/16, confeccionada pela Polícia Civil (anexo).

O Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente demonstra que não havia defeito físico ou doença pré-existente no Promovente, não havendo possibilidade de operação significativa ou de cura, conforme se ratificará quando realizado a perícia judicial, o que se requer desde já.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT para DAMS e INVALIDEZ. Entretanto, não recebeu nenhuma quantia referente a tal seguro.

**O Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no art. 3º da Lei do Seguro DPVAT.**

Eis os fatos.

### **2.1 DO SEGURO OBRIGATORIO**

Proveniente do acontecimento aqui citado, o autor sofreu lesões gravíssimas, comprovadas através de laudos médicos e nas próprias fichas de atendimento ambulatorial (anexa).

**DEVE SER LEMBRADO, QUE MESMO DIANTE DE UMA LESÃO TÃO GRAVE EM DESFAVOR DO PROMOVENTE, O SR. JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, NÃO RECEBEU NENHUMA QUANTIA EM RAZÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO.**

## **3. MÉRITO**

### **3.1 DA LEGITIMIDADE PASSIVA**





Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

#### **4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

##### **4.1 REFERENTES AO SEGURO OBRIGATÓRIO**

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber o seguro obrigatório DPVAT.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.



APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. **A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.**DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, portanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despendar; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade

Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 9-9950-2293 - bcbadvogados.adv.br



permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir *de per si*, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, **o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela**. O autor não recebeu nenhuma quantia para ampará-la. **Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.**

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: **amenizar a perda, no caso do promovente.**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, os documentos anexados, bem como a perícia a ser realizada judicialmente, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

## **5. DOS PEDIDOS**

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, valor este referente a **25% do teto estabelecido, corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação, em consonância com a perda completa da mobilidade de um dos ombros;**

Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070  
(83) 9-9950-2293 – bcbadvogados.adv.br



c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;

e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;

f) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbenciais arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Dá-se a causa o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Patos/PB, 18 de março de 2020.

**GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO**  
OAB/PB 16.870

**ELIAKIN OLIVEIRA BRANDÃO**  
OAB/PB 25.151





União Brasileira de Advogados  
Classe Especial de Advogados  
Briga, Brandão, Costa & Brilhante

Braga, Brandão, Costa & Brilhante  
Advogados

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380.

### OUTORGADOS:

DANIEL BRAGA DE SÁ COSTA, OAB/PB 16.192, brasileiro, casado, GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO, OAB/PB 16.870, brasileiro, casado, e FERNANDA MORAIS DINIZ FÉLIX FREITAS, OAB/PB 19.479, brasileira, casada, advogados, todos com endereço profissional na Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, Patos – PB, onde deverão receber as comunicações processuais de estilo.

### PODERES:

O OUTORGANTE nomeia e constitui os OUTORGADOS seus bastante procuradores, onde com esta se apresentam, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-lo em juízo ou fora dele conforme consagra o artigo 105 do Código de Processo Civil, concedendo-lhe ainda, poderes para agir em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, reconvir, concordar, discordar, ratificar, receber quantias, receber citações e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer procedimentos em todos os termos ou instâncias, representar perante repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral e fiel cumprimento do presente mandato para que o confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad iudicia et extra" podendo substituí-los, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes aqui conferidos, inclusive os dispostos nas leis 1.060/50, 5.584/70, 7.510/86 e, especificamente, poderes para assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme art. 1º da lei 7.115/83 e da lei 1.060/50.

Patos, 02 de Março de 2017.

OUTORGANTE

João Pessoa – PB, Av. Flamboyant, nº 120, Empresarial Fortman Center, Sala 201, Balcão 1  
Patos – PB, Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro.  
(83) 98610-1234/99564-2039/98712-9022 – bcbadvocacia.adv.br





**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

**Processo nº 0804685-56.2017.8.15.0251**

**AUTOR: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**Acato os esclarecimentos fornecidos pelo autor, determinando que sejam excluídos dos autos os documentos vinculados ao ID 9706584, já que dizem respeito a parte alheia à demanda.**

1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.
2. Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, deste Diploma.
3. **Cite-se** a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC). Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça, uma vez recolhidas as custas respectivas, se for o caso, inclusive intimando-se para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
4. Apresentada contestação, a parte autora deve ser **intimada** para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo, inclusive, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Cumpra-se. Intimações e Diligências necessárias.

Patos, 2 de julho de 2020

**Bruno Medrado dos Santos  
Juiz de Direito**





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

**Número do Processo: 0804685-56.2017.8.15.0251**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assunto: [Seguro]**

**Polo ativo: AUTOR: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**

**Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que, deixei de excluir dos autos os documentos vinculados ao ID 9706584, por não existir conteúdo apenas segue petição inicial em PDF.

PATOS, 8 de julho de 2020  
MARIA BETANIA DE ARAUJO SILVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS

Juízo do(a) 7ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

EXPEDIENTE DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0804685-56.2017.8.15.0251

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). BRUNO MEDRADO DOS SANTOS, MM Juiz(a) de Direito deste 7ª Vara Mista de Patos, fica(m) **CITADA(s) a(s) parte(s) REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE**, abaixo indicado(s), por todos os atos do processo acima mencionado, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC)

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

**Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

PATOS-PB, em 8 de julho de 2020

De ordem, MARIA BETANIA DE ARAUJO SILVA  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A DECISÃO/DESPACHO ACESSSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

